

Cimi afirma que a Funai constitui ameaça ao índio

Ismarth: só atitude nova traria diálogo

Da Sucursal de
BRASÍLIA

No mesmo dia em que o Conselho Indigenista Missionário divulgava mais um de seus costumeiros documentos de condenação à Funai, o presidente deste órgão, general Ismarth de Araújo Oliveira, ainda sem ter conhecimento da nota, admitia ontem em Brasília a possibilidade de um retorno às boas relações com os religiosos. "Se o Cimi mudar o seu atual comportamento — afirmou —, poderá dialogar com a Funai. Essa reformulação só depende de sua diretoria, que, no momento, insiste em apenas fazer críticas destrutivas e pejorativas aos órgãos do governo e a ministros de Estado".

Declarando-se disposto a "abrir as portas" aos missionários, desde que eles tenham interesse em "trabalhar em conjunto" com a Funai, o general disse que a atual atitude dos religiosos "não beneficia em nada o índio". Ele propõe uma união "com sinceridade de intenções", na qual os padres "colaborem com a Fundação para a solução de qualquer problema que envolva as comunidades indígenas".

O presidente lembrou que, enquanto o Cimi se encontrava sob a direção de seu primeiro presidente, o padre Vicente César, o acesso às aldeias esteve franqueado a seus integrantes, pois "naquela época o Conselho atuava no sentido de melhorar a situação do índio".

Da Sucursal de
PORTO ALEGRE

"Funai, uma ameaça a causa indígena". Esse é o título do documento aprovado pelos 43 participantes do curso de Atualização de Pastoral Indigenista, em seu encerramento, ontem, no município de Ijuí, a 48 quilômetros de Porto Alegre. Em oito laudas, os integrantes da Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) analisam a questão do índio "com profundidade e em todas as suas dimensões" e pretendem "colocar a público os aspectos mais importantes do problema".

O documento acusa a Funai de "atentado contra a autodeterminação dos índios" e crítica, entre diversas falhas que atribui ao órgão, a "imposição de chefias", a "proibição de reunião através de ameaças", o isolamento e a repressão a que considera submetidas as tribos. Os missionários afirmam que há muito tempo a Funai impôs "chefias paralelas as das comunidades indígenas, o que terminou provocando uma lenta debilitação da organização social do grupo".

Os representantes de 10 Estados — entre índios, missionários, antropólogos e indigenistas — questionaram a escola bilingue, com a afirmação de que ela aliena e transforma as pessoas da comunidade indígena em verdadeiros instrumentos de destruição de seu último reduto de cultura.

Os participantes do curso de Ijuí, que teve duração de quinze dias, destacam a conscientização dos índios, "formando comissões para se dirigirem as autoridades e exigir os seus direitos". Porém, os missionários afirmam que toda essa esperança de conscientização vem sendo frustrada "pelas sistemáticas proibições a

realização de reuniões, repressão feita através de ameaças de prisão, transferências para outras áreas ou até mesmo expulsão".

O documento critica também a atuação do Departamento do Patrimônio Geral Indígena, que de órgão de gerência dos bens dos índios transformou-se em grande empresa. O cacique Alcindo Nascimento, do posto indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, reclamou: "O DPGI tem lavoura aumentando, tem serraria, tem gado; mas nós, os índios, não sabemos para onde vão esses recursos. Algumas casas já estão caindo, mas a Funai só promete coisas e não faz nada". O cacique queixou-se ainda da falta de caça na reserva, "hoje ocupada em dois terços por intrusos brancos".

O Cimi/Sul sugere que os projetos do DPGI só devem existir quando solicitados, programados e executados pelos próprios índios. "Além do direito de escolher seus chefes, o índio, como indivíduo, deve ter garantias para se reunir, conversar com quem deseja e se deslocar para visitas a seus irmãos".

Em relação à invasão das terras indígenas, os missionários concluem pela necessidade uma solução em que "o território dos índios lhes pertença efetivamente e que aos invasores sem terra seja garantida a sobrevivência em outras áreas do Sul do País". O Cimi/Sul afirma que "apesar das repressões, continuará seu trabalho dentro das linhas aprovadas pela 1ª Assembleia Nacional Indigenista Missionária, realizada em junho de 1975, em Goiânia, quando foram firmados os princípios de apoio aos índios quanto ao direito de recuperar e garantir suas terras, de viver de acordo com a sua cultura e de assumir sua causa em todas as suas consequências".

Para padre, nuncio ignorou o essencial

"O encontro veio demonstrar, mais uma vez, que a diplomacia é um hábito das cúpulas", afirmou ontem o padre Egidio Schwade, do Conselho Indigenista Missionário, referindo-se ao encontro mantido na semana passada, em Brasília, entre o ministro do Interior, Rangel Reis, e o nuncio apostólico, d. Carmine Roco.

"Provavelmente — prosseguiu Schwade, que falava após ter participado do Curso de Atualização de Pastoral Indigenista, encerrado ontem na cidade gaúcha de Ijuí — eles não debateram alguns problemas como o dos índios Kulina e Kaxinawa, que continuam privados de assistência da equipe missionária, inclusive da única enfermeira de toda a região do Alto Purus, porque a Funai a expulsou. Também não devem ter analisado o caso do frei Gil Gomes, que permanece impedido de atender livre e plenamente os suruís, do Pará, os quais continuam reclamando a sua presença, nem a ingerência prepotente da Funai na missão Consolata e na assembleia de chefes indígenas de Surumu em Roraima".

O padre lembrou ainda o fato de os missionários do Cimi continuarem impedi-

dos pela Funai de ingressar nas áreas indígenas, "sob ameaça de prisão". "Mas latifundiários, grileiros e ladrões acentuam — continuam impunemente instalados nas áreas indígenas sob o olhar complacente do Ministério do Interior e da Funai".